



Número: **5111781-95.2021.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **29/07/2021**

Valor da causa: **R\$ 202.256,41**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ESTADO DE MINAS GERAIS (EXEQUENTE)	
ALOISIO SILVA JUNIOR (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4865803007	29/07/2021 12:22	Inicial- ALOÍSIO SILVA JÚNIOR.pdf	Petição Inicial



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA GERAL DO ESTADO
1ª PROCURADORIA DE DÍVIDA ATIVA

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA __VARA DE FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE-MG

CDA: 1/179

O ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ: 18.715.615/0001-60, por seu(s) Procurador(es) infra-assinado(s), vem, perante Vossa Excelência, com fundamento na Lei n.º 6.830/80 e nos arts. 771; 784, IX e demais dispositivos do Código de Processo Civil aplicáveis à espécie, propor AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL contra:

SUJEITO PASSIVO: ALOÍSIO SILVA JÚNIOR

CPF/CNPJ: 647.332.036-91

COOBRIGADOS: N/A

ENDEREÇO: RUA PIUM-I, 478, APTO 102
CIDADE Belo Horizonte

BAIRRO Sion

ESTADO MG **CEP** 30.310-080

I – O exequente é credor do(s) executado(s) acima indicado(s), conforme consta da(s) inclusa(s) CDA(s) em epígrafe, que integra(m) a presente petição, sendo que o valor total inscrito atualmente é de R\$ 202.256,41 (duzentos e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) .

II – Em razão do exposto, requer a **CITAÇÃO** do(s) executado(s), pela **VIA POSTAL**, para que pague(m) o débito em 05 (cinco) dias, acrescido de juros e correção monetária a serem apurados no momento da efetiva liquidação, além de custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 827 do CPC (art. 771 do CPC c/c art. 1º da Lei n.º 6.830/80), sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a satisfação integral do débito e demais encargos da execução, observando-se, neste caso, a gradação e as formalidades previstas nos arts. 11 e 14 da Lei n.º 6.830/80 e arts. 831 e ss. do CPC.

III – Após a citação regular do(s) executado(s), bem como o transcurso *in albis* do prazo para pagamento espontâneo do débito, requer, sucessivamente, observado o limite do crédito exequendo, bem como as demais formalidades legais:

a) nos termos do art. 854 do CPC, a realização de penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, através do sistema SISBAJUD;

b) não encontrada quantia suficiente para quitar o saldo atualizado do débito, acrescido de honorários advocatícios, requer seja acessado o sistema Renajud, para averbação de impedimento judicial nos prontuários de veículos eventualmente encontrados em nome do(s) executado(s), com a subsequente expedição de mandado de penhora dos referidos bens (cabendo salientar que, caso se trate de veículo gravado com alienação fiduciária ou arrendamento mercantil, a constrição deverá incidir sobre os direitos eventuais do executado/devedor fiduciante sobre os mencionados bens);

c) caso restem infrutíferas as providências acima requeridas, requer seja determinada penhora eletrônica de imóvel(is), via CENIB, com a expedição do mandado judicial eletrônico com determinação do registro dessa constrição na matrícula do bem, na forma dos arts. 837e 845 do CPC; 7º, IV, e 14, II, da Lei nº 6.830/80; e 1.024-K do Provimento nº 260/13 da Corregedoria-Geral de Justiça/TJMG;

d) em seguida, malograda a tentativa de localização de bens nos termos requeridos acima, requer seja requisitado à Secretaria da Receita Federal, pelo sistema INFOJUD, que informe a respeito da declaração de bens e rendimentos do(s) executado(s) nos últimos 03 (três) exercícios financeiros, juntando-as aos presentes autos e determinando-se o trâmite em sigilo, conforme autoriza o art. 290-A do Provimento nº 161/2006, da Corregedoria- Geral de Justiça/TJMG, e pacificado na jurisprudência do STJ, em sede de recurso representativo de controvérsia (REsp 1349363/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 22/05/2013, DJe 31/05/2013);

e) e se, após esgotadas as diligências acima solicitadas, não se tenha logrado encontrar bens suficientes à integral garantia do executivo fiscal, requer, nos termos do art. 185-A do CTN, a indisponibilidade total de bens e direitos presentes e futuros do(s) executado(s).

IV – Ultimadas as referidas providências, requer-se a concessão de vista dos autos ao Exequente, na forma dos arts. 25 da LEF e 183 do CPC, para regular prosseguimento do feito.

V- Dá-se à causa o valor de: R\$ 202.256,41 (duzentos e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 29/07/2021 .

ROBERTO SIMÕES DIAS
Procurador do Estado
MASP 1.128.391-8 - OAB/MG 97.732

AVENIDA AFONSO PENA, N° 4.000, 6º ANDAR, BAIRRO CRUZEIRO - BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30130-009
E-MAIL: ntpda1@advocaciageral.mg.gov.br
SITE: www.age.mg.gov.br